

N A R R A R P O R



N A R R A R  
P O R  
P R O C E S S O S

*Pensar por extremos e agrupá-los*

*ou*

*problemas de historiografia e crítica de insurreições urbanas no Brasil*



R I T A  
V E L L O S O

“**E**u vendia Avon”. Assim Adélia Hernandez, metalúrgica em Contagem no ano da greve de 1968, conta como trabalhou para organizar a primeira greve operária no período da ditadura militar brasileira. Em abril daquele ano, os trabalhadores da região industrial de Contagem, cidade vizinha a Belo Horizonte, deflagram uma paralisação que foi decisiva para a reorganização do movimento operário brasileiro. Francisco Weffort a chama “greve espontânea” (WEFFORT, 1972), mas, quando se examinam de perto o entorno e os dias que antecederam o 16 de abril de 1968, vemos que a greve de Contagem foi organizada de modo singular e que as mulheres foram protagonistas em tal organização. Essas mulheres, onde estavam? Eram operárias, esposas, militantes?

“É insuportável a algazarra que fazem as negras quitandeiras”. Assim escreveu um jornalista do *Diário de Pernambuco* em julho de 1858. Um ano antes, em Salvador, não era diferente. As mulheres peixeiras, quitandeiras, que “mercadejavam” pelas ruas da cidade produziam todo tipo de queixas contra o vozerio feminino. Escravas libertas, em seu ambiente de trabalho, que era subir ladeira, descer ladeira ou parar em pequenos espaços alugados nas calçadas, também teriam seu papel determinante na greve de 1857. Foi delas o principal suporte aos ganhadores parados por uma semana. Afirma João Reis (2019, p. 186):

Ganhadores e ganhadeiras dividiam a soberania das ruas. Apesar de não participarem dos cantos, uma instituição masculina, elas se faziam presentes nas redes mais amplas de trabalhadores africanos da cidade, podiam ser parte de sua família, suas mães, mulheres, filhas. E devem ter ajudado o movimento não apenas desencorajando as deserções e enxovalhando os desertores. Como negociantes de comida, não duvido de que a tivessem fornecido a ganhadores que havia dias não faziam vintém.

Discutirei aqui o acontecimento dessas duas greves, no campo da história urbana, em seus planos crítico e historiográfico, colocando em relevo o papel que as mulheres desempenharam na organização de ambos os movimentos, pois, à medida que os estudávamos, víamos emergirem registros de uma singular atuação feminina sobre os espaços que davam suporte à ação grevista.<sup>1</sup>

A Greve dos Negros Ganhadores, em 1857 na Bahia, foi primeiro movimento grevista a envolver um setor particularmente sensível da classe trabalhadora no Brasil monárquico, tendo sido “greve” no exato sentido da paralisação do trabalho que em nada se diferenciou dos padrões de mobilização da classe operária oitocentista na Europa. Num momento em que o plano do Estado era “desafricanizar a cidade”, conforme anota João José Reis, dá-se a suspensão do trabalho africano – não apenas o escravizado – contra o Estado.

A Greve de Contagem<sup>2</sup> se desenrolou no município da região metropolitana vizinho a Belo Horizonte, numa cidade distrito industrial que atingiu sua capacidade total em 1966, com 105 indústrias implantadas. O pleno funcionamento da Cidade Industrial, entretanto, não corrigiu situações de trabalho muito precárias, desde o maquinário, que não era avançado, até a tecnologia em uso, muito atrasada. As mulheres constituíam grande parte daquela mão de obra operária, atuando principalmente nas indústrias têxteis, alimentícias, eletrônicas e em pequenas metalúrgicas, o que demonstra vividamente uma divisão sexual do trabalho (NEVES, 1994), uma vez que os homens estavam empregados nas indústrias de cimento, nas siderúrgicas e metalurgia pesada.

Não obstante, o espaço de luta dessas mulheres extrapolou o ambiente das fábricas, e esse fato é, em grande parte, o responsável pela singularidade dessa greve, cuja deflagração surpreendeu desde os empresários, o Governo Federal até mesmo os sindicatos. O que se passou é que, se “tradicionalmente, nos movimentos operários, a greve é um ato masculino” (NEVES, 1994, p. 151), essa bem-sucedida mobilização dependeu do modo como as mulheres fizeram a discussão da necessidade do protesto junto às famílias dos operários, indo a suas casas para “vender Avon” às esposas e convencê-las a apoiar a adesão dos companheiros ao movimento. Além disso, a movimentação entre as operárias em fábricas cuja maioria era de trabalhadoras garantiu adesão massiva à greve.<sup>1</sup>

Como pressuposto para tomar a luta como objeto, assumo que uma insurreição é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital. Assim, proponho neste texto analisar dois acontecimentos de luta urbana no Brasil, em momentos distintos da história do país, para discutir de modo amplo as condições de sua narrativa.

As mulheres em ação nos momentos de 1857 e 1968 são uma camada importante deles, mas que permanecem à margem de suas narrativas, sendo subjetividades políticas quase invisibilizadas. Meu propósito aqui é demonstrar como, ao compreender a atuação feminina nessas greves, compreendemos ao mesmo tempo um aspecto decisivo à análise de insurgências urbanas no Brasil atual e passado, mas também para além dele. As duas frases que uso inicialmente como mote do texto – a agência de mulheres no espaço urbano (público e doméstico) em que as greves acontecem – denotam um uso transformador do espaço. Sobretudo, dizem sobre subjetividades políticas que se formam nessas lutas, dando uma fisionomia feminina a essas duas datas.

Para dar suporte à demonstração desse argumento, é preciso que seja enunciado o que denomino “insurreição urbana”: um uso do espaço que é disruptivo da lógica do capital. Ao assumir como pressuposto que cada luta implica repercussões espaciais, delimito inicialmente a questão das insurreições como objeto da crítica e da historiografia tanto arquitetônicas como urbanas.

A seguir, será necessário expor os problemas da construção dessa narrativa histórica e a desmontagem/remontagem crítica dos acontecimentos. De certo modo, os casos são examinados perguntando pelas condições de possibilidade de narrativa e crítica dessas formas de resistência que, desenroladas no espaço urbano, inexoravelmente provocam ali repercussões de novo e sempre espaciais, quando transformam percepções, comportamentos, experiências.

**PONTOS DE PARTIDA: INTERROMPER O *CONTINUUM* HISTÓRICO, ENCONTRAR A FALHA**

Num plano crítico, “todo juízo é estratégico”, como disse Walter Benjamin (2018, frag 140). A estratégia da crítica, diante de cada obra, deve ser explicitar os detalhes pelos quais a obra julgada se transforma num manancial de singularidades que podem mantê-la viva no presente, justamente porque se difere deste.

Toda obra tem uma historicidade própria que diz respeito ao momento de sua produção, isto é, um tempo singular, no passado. Estrategicamente, o que a crítica pergunta sempre é de que modo e por que razão a obra reverbera no presente da sua interpretação.

Não se trata de emular o passado ou de buscar conjugar a expectativa do presente com o que foi realizado preteritamente. Cada obra criticada o é segundo a conjuntura do momento histórico em que vive o intérprete ou historiador. Isso significa, em primeiro lugar, que toda crítica deve evidenciar no detalhe material a distância histórica que separa a obra, em sua concretude histórica, do momento em que ela se apresenta à experiência de um espectador ou intérprete.

Benjamin insiste, conceituando o que poderia ser denominado “plano da crítica”, na necessidade de um movimento complexo: reconhecer a distância histórica que separa o passado do presente, em vez de buscar primeiro por supostas semelhanças, e reconhecer que essa distância também é apreendida de várias maneiras, segundo o modo

nada inocente de sua transmissão. Distância e transmissão: esses dois conceitos percorrem a obra inteira de Benjamin, desde sua tese de doutorado *Sobre o conceito de crítica de arte no Romantismo alemão* até as teses *Sobre o conceito de história*, seu último texto, escrito em 1940.

Mas, afinal, como realizar a crítica? Em princípio, na medida em que cada obra é uma síntese determinada, deve-se desmontá-la. Depois, desagregar, despedaçar os componentes, disseminar as unidades construtivas. E então, uma vez historiados esses fragmentos, recompô-los, fazer sua remontagem. Trata-se de constituir e desdobrar a ordem inerente à obra segundo uma análise minuciosa do material histórico e filológico que a determina. (GAGNEBIN, 1980) A crítica, por meio da análise, abre a possibilidade de transformação da obra.

A arquitetura urbana exige sempre uma análise materialista, seja pela duração que a caracteriza (sua produção), seja pela simultaneidade e efemeridade da experiência que provoca (sua frequência). Parece ajustado à natureza da arquitetura criticá-la em termos materialistas, seja analisando a constituição dos lugares construídos ou as ações performadas nesses lugares, uma vez que o materialismo almeja dar conta do momento concreto de produção e de recepção da obra – sua história anterior e sua história posterior, quando foi produzida, quando é recebida.

Nesses termos, por meio da crítica cada obra – objeto ou acontecimento – é compreendida como um fenômeno singular que, ao ser retirado do fluxo da coisificação e da abstração, deixa ver uma totalidade parcial. A cidade, a bem da verdade, é o objeto limítrofe da crítica. Nela, analisamos sempre fragmentos materiais chegados do passado, numa montagem cuja construção de sentido se dá na atualidade, quando a experimentamos. A cidade é um objeto que não se mostra diretamente, mas apenas em seu reflexo refratário. Num objeto ou acontecimento urbanos, refletem-se o conhecimento, a percepção e os gestos dos habitantes – e por isso Benjamin denomina a cidade como *medium-de-reflexão* (*Reflexionsmedium*): os lugares em que se vive a cidade são sempre junção, articulação – arranjo de formas de conhecer, perceber e agir.



A análise materialista a partir desse *medium*-de-reflexão permite combinar a temporalidade da experiência do espaço (a simultaneidade) e o desdobramento (a longevidade) das tramas de produção do espaço e, necessariamente, conjuga a crítica com a narrativa histórica. Mas ainda é preciso demonstrar a que propósito servem, no campo da história urbana, esses princípios filosóficos de tais crítica e narrativa.

A meu ver, o modo de demonstrá-lo é reivindicar a inclusão da crítica da vida cotidiana como parte constituinte da historiografia urbana. Crítica, nesse caso, não só nos termos de Walter Benjamin, mas também de Henri Lefebvre. Para escrever a história urbana com esses dois filósofos materialistas, é preciso considerar a temporalidade da vida cotidiana, em termos da alienação que a submete, saber como superá-la por meio da apropriação do tempo e do espaço – em outras palavras, é preciso pensar o cotidiano em termos de conhecimento e recognoscibilidade.

Foi em 1970 que Henri Lefebvre formulou sua hipótese tardia sobre a urbanização completa, situando-a na cronologia das tipologias de formações urbanas: primeiramente, realizamos uma sociedade comercial; a seguir, uma sociedade industrial; e finalmente concretiza-se uma sociedade urbana. Para o filósofo francês, um urbano transformado em substantivo exige ser compreendido enquanto processo; ou, pelo menos, segundo a soma de muitos processos – reunião de processos de implosão (concentração, adensamento, condensação de bens, objetos, populações) e de explosão (projeção, dispersão, fragmentação em vazios, periferias, cidades satélites).

O eixo que atravessa transversalmente a montagem das dinâmicas urbanas é o cotidiano; só sua análise permite desvelar novas formas sociais, novas experiências, novas narrativas, produção, consumo, distribuição e circulação, acessibilidades, mobilidades. Analisar o cotidiano é retornar à superfície, ao visível dos fenômenos – se deter atentamente à superfície fenomênica da realidade social, ali onde o processo de reprodução espacial se articula ao plano da reprodução da vida.

Se reunirmos a isso os conceitos benjaminianos, então teríamos um plano historiográfico efetivo: faz-se uma reflexão concreta materialista sobre o que está mais próximo, dá-se primeiramente importância

à apresentação daquilo que nos é familiar e que nos condiciona. (BENJAMIN, 2006, c0,5) Se pensamos no que define a estrutura sob os processos urbanos, veremos que mesmo a regulação urbana, por meio de planos e leis, afeta o cotidiano no modo como direitos são distribuídos e implementados. Uma política urbana, por exemplo, incide diretamente sobre os processos da vida cotidiana quando condiciona a oferta de serviços e bens coletivos. Para os casos analisados aqui – as greves –, o que temos são momentos e movimentos de resistência, nos quais as queixas se articulam em contextos que são suporte de experiências cotidianas vividas, ampla e repetidamente, nas cidades. É do mundo da vida cotidiana que se constroem os laços e as alianças baseadas em interesses e experiências da cidade, que sedimentam as estratégias dos movimentos.

No plano historiográfico, este texto pretende contribuir para a conceitualização de uma urbano-constelação a partir da pesquisa sobre a história das nossas lutas, as insurgências urbanas e suas repercussões espaciais, com o foco sobre a formulação benjaminiana de uma história dos vencidos. Sua questão central é entender como narrar essa história brasileira /latino-americana – a das vidas urbanas espoliadas e subordinadas, desde sempre, por um projeto de colonização capitalista quando se organizam em movimentos de reivindicação.

É decisivo, para a historiografia e para a crítica, considerar que o urbano atual é uma multiterritorialidade de relações de dominação, subordinação e resistências. Se o urbano é um substantivo incontornável na constituição das práticas e propostas emancipatórias, dele deduz-se um arranjo espacial de configurações inumeráveis – as cidades em seus tantos desenhos – que em si são um elemento frágil frente aos vetores do poder. Para compreender esse movimento entre dominantes e dominados no interior do urbano, isto é, a partir dos processos de urbanização e de experiências urbanas, é preciso ser capaz de mudar o olhar e confrontar a opacidade que tanto caracteriza a morfologia das cidades. (LEPETIT, 1996, p. 107)

Podemos nos referir mais exatamente a essa mudança de perspectiva com o que Benjamin chamava “interromper o continuum histórico, encontrar a falha” por onde penetrar de modo a ouvir a voz daquilo

que nunca se expressou (*Ausdrucklos*). Para o filósofo alemão, só assim se podia falar de insurreições e revelar a verdadeira tradição, pois tal é a tarefa do historiador materialista que trata do urbano.

A cidade moderna nasceu como um empreendimento de ocupação territorial cujo valor comercial o urbanismo ajudou a aumentar através de uma melhor organização dos meios de exploração. Os processos capitalistas exigiram um substrato espacial sobre o qual pudessem exercer sua hipótese de adensamento populacional, de modo que conseguissem aperfeiçoar seus mecanismos de extração de valor e crescimento econômico. Foi assim que germinou o pensamento urbanístico.

A urbanização nunca desempenhou um papel de coadjuvante na história do capitalismo, sabemos bem, pelo menos desde meados do século XIX, quando a atividade industrial na Europa, particularmente nas cidades inglesas, fez com que suas elites dominantes começassem a mostrar seu interesse em colocar o planejamento urbano em bases científicas e institucionais. O desdobramento da trajetória de constituição do urbanismo como disciplina é bastante conhecido; contudo, se recuarmos essa análise da urbanização até o século XVI, veremos que a expansão do capitalismo pela via da colonização ultramarina de terras e gentes se fez sempre acompanhada por processos de opressão e dominação dos espaços e grupos subalternos e foi, principalmente, uma história de ocupação violenta de territórios e submissão de corpos.

O fundamento do urbanismo brasileiro tem sido, desde meados do século XIX, o funcionalismo, cujo princípio era propor a cidade como objeto de uma ação racional e segundo um conjunto de padrões de poder territorial. Esse raciocínio urbanístico dependia de que se produzisse um distanciamento das realidades culturais preexistentes (TOPALOV, 1996, p. 24), o que, não raro, implicou vidas urbanas espoliadas por um projeto econômico capitalista que, a bem da verdade, teve sua origem na subordinação colonial. É preciso fazer a crítica dessa hegemonia historiográfica de concepções, hierarquias e usos de territórios sobre a práxis territorial das populações submetidas. É necessário refletir sobre as insurreições urbanas como configurações decisivas da urbanização moderna brasileira, fazendo a crítica desse arranjo específico de poder que está imbricado à colonialidade.

Não há dúvida sobre a afirmativa de Manfredo Tafuri (1979): “o modo de descrever as estruturas da linguagem arquitetônica é a síntese histórica”. Contudo, ao considerar as lutas urbanas como objeto da crítica e da historiografia arquitetônicas, o ponto de partida conceitual precisa ser ouvir a voz de quem atua nos eventos.

Assim, proponho neste texto analisar dois acontecimentos no Brasil, em momentos distintos da história do país, para discutir de modo amplo as condições de narrativa. Escrever a história, seja olhando o passado do país-monarquia ou do país-república, é constitutivo do presente de sua escrita. Dessa concepção historiográfica, fazem parte a descontinuidade, o vestígio e as metamorfoses de sentido de um acontecimento no passado. Como despertam atualmente nossa compreensão histórica, em seus respectivos momentos e ações, aquelas mulheres – as escravizadas vendendo quitutes pelas ruas de Salvador ou operárias vendendo Avon na Cidade Industrial em Minas Gerais?

Como operar esses planos crítico e historiográfico da investigação de insurreições e levantes, de modo a compreender que papel a arquitetura desempenha em tais movimentos? Como a crítica de arquitetura julga um evento? Como a historiografia urbana tem narrado do acontecimento? Se falo em ações, designo práticas espaciais, agência, uso dos lugares. Se falo em acontecimentos, remeto a temporalidade e espacialidade específicas – a do momento em que se dão a agência e a atividade dos habitantes. Logo, pode-se narrar por processos segundo três balizas analíticas: temporalidade, espacialidade e os corpos – as agentes nesse tempo-espço.

Em outros termos, trata-se de nunca se deter na análise da forma da cidade, mas, antes, pensar o extremo da dissolução dos planos, do desenho – e, sim, acatar a abertura, o horizonte e a probabilidade que se dá no desempenho das ações nos lugares, o uso e a frequentação desses. É necessário compreender as muitas interferências num fenômeno, as influências de um momento, seus processos de criação, a reificação que se dá na cultura oficial da sociedade burguesa. Contra-hegemônica, a história material é, nos termos de Benjamin, a narrativa da cultura dos vencidos, da tradição cultural dos oprimidos, da cultura popular desprezada, os desempregados, os falidos – todos aqueles ignorados pela cultura oficial da elite.

## DUAS GREVES, SUA ORGANIZAÇÃO

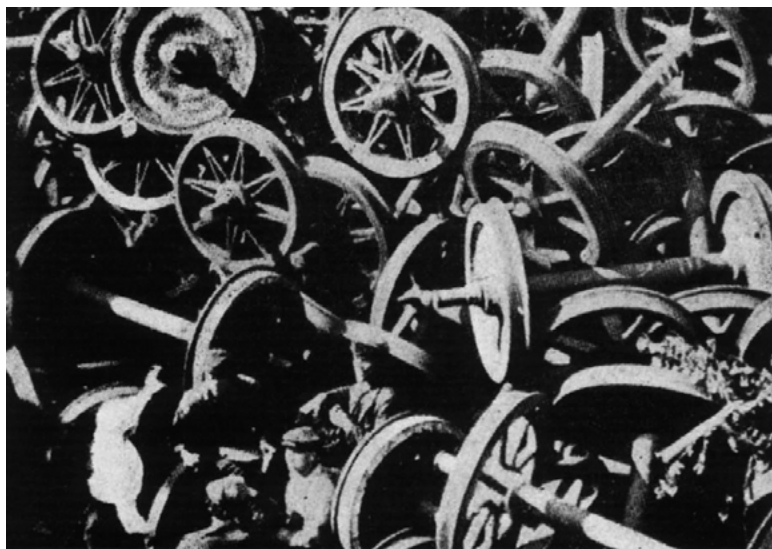


Figura 1 - *A greve*, filme de Sergei Eisenstein, 1925.

Fonte: Merten (2019).

O momento oculto na história que se mostra numa imagem: escovar a contrapelo, trazer o fato antigo e desimportante para uma 'redenção'. (KRACAUER, 2009, p. 343)

Se a revolução russa nos ensina algo, é, sobretudo, que a greve de massas não é 'feita' artificialmente, não é 'decidida' e nem 'propagada' a partir do nada, mas é um fenômeno histórico que, num determinado momento, resulta, como uma necessidade histórica, da situação social. (LUXEMBURGO, 2017)

Jogar luz sobre a presença das mulheres nessas duas greves coloca o problema da luta urbana sob um novo prisma (1968: *A GREVE...*, 2018), principalmente porque sua atuação determina uma singular práxis espacial. De tal singularidade, depreende-se o aspecto antisistêmico presente na organização dessa greve.

Como afirma Marcelo Ridenti (1990), “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’ como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964”. O fato de essas mulheres, em Contagem, se inserirem em partidos e organizações de esquerda, ou seja, se colocarem como agentes de transformação social nesse contexto, por si só já era uma ruptura com a estrutura vigente, tendo em vista que as mulheres ocupavam posição submissa na cena política. Os depoimentos que tornam possível investigar esse protagonismo feminino (1968: A GREVE..., 2018) dão conta de como as mulheres ingressaram em um duplo mundo masculino, o da política e o do trabalho. Muitas dessas trabalhadoras percebem a exploração à qual elas e os demais trabalhadores estavam submetidos, bem como as precárias condições de trabalho, e buscam formas de atuar para modificar essa realidade.

A ação feminina nessa conjuntura espaçotemporal caracteriza o que Raúl Zibechi (2015) denominou “movimentos antissistêmicos”, designando formas de organização para a reivindicação que não se diferenciam da vida cotidiana. São resistências construídas em processos mensuráveis por corpos, subjetividades, por suas espacialidades e temporalidades.

No dia primeiro de junho de 1857, segunda-feira, data em que entraria em vigor a medida de cadastro e “emplacamento” dos ganhadores, a cidade de Salvador amanheceu vazia. A importância dos escravizados e a brutalidade do regime eram tais que, justo naquele mês, a Câmara Municipal de Salvador publicou postura determinando que os ganhadores fizessem registro junto à municipalidade, ao custo de 2 mil réis como taxa de matrícula, além de 3 mil réis por placas com o número da matrícula, que teriam uso obrigatório e seriam penduradas ao pescoço. As taxas seriam pagas pelos próprios negros, além da apresentação de um fiador, no caso dos negros libertos, que seria responsável pelo comportamento do matriculado. A quantia era bastante elevada, equivalente a 15 quilos de carne, à época. A postura seria uma entre muitas legislações de vigilância do homem negro, visto como encarnação de toda a violência, a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas da república, como ato para disciplinar o espaço urbano. (REIS, 2019)



Figura 2 – Assembleia de grevistas em Contagem, 1968.

Fonte: Memorial da Democracia ([200-]).



Figura 3 – As ganhadeiras, escultura de Erotides Lopes, do final do século XIX.

A lei seria aplicada apenas aos ganhadores, e não às ganhadeiras. Sublinhando a participação das mulheres, Reis nota que elas seguiam livres para trabalhar por toda a cidade, carregando informações e, provavelmente, alimentando a crédito os africanos grevistas, visto que elas dominavam, quase que completamente, o comércio de alimentos. Assim, a greve seguiu forte, pelo quarto dia e também pelo quinto, nutrindo pesadelos entre os brancos. O *Jornal da Bahia*, na edição de 5 de junho de 1857, anunciava que a província da Bahia estaria sendo “**governada por africanos**”, assim mesmo, em negrito, dando às palavras a visualidade da escravidão.

Olhando as duas greves hoje, o que delas emerge como categoria de análise? Os conflitos urbanos no Brasil, que predominantemente têm origem numa extensa e profunda injustiça social, não raro expõem formas inovadoras de reivindicação de direitos, nas quais os atores coletivos surgem numa ação que é soma de energias insurgentes, demonstrando que viver a desigualdade e a exclusão também pode ensinar o exercício das lutas e contestações por vidas urbanas mais justas.

Nas grandes cidades, as formas de organização de resistências em construções coletivas, mesmo que menos visíveis – porque consolidadas internamente aos territórios –, conjugam duração e efemeridade, lógicas de protesto e lógicas de ocupação e arranjos sociais diversos. Para compreendê-las, é preciso assumir que esses conflitos têm novos padrões; e é preciso dar relevo a diversos aspectos segundo um plano de imanência que possa fazer a descrição deles em detalhe.

O principal deles é a escala da vida cotidiana; nesse caso, deve-se atentar para a dimensão do vínculo entre lutar e viver, entre práxis repetitiva e práxis inovadora. A categoria específica do cotidiano é o âmbito do vivido, que é marcado por uma transescalaridade singular. Ainda que a microescala da vida cotidiana predomine principalmente em termos de organizar a resistência e a sobrevivência, um viés de transescalaridade precisa se estabelecer no momento em que se torna necessário negociar demandas e reivindicações com governos e Estado.

Outro aspecto decisivo na configuração dos territórios em resistência é que suas lutas são organizadas horizontalmente, em grupos pequenos,



sem equipes permanentes de direção. Geram seus espaços políticos sem hierarquizações, sem divisões estritas entre direção e bases, entre quem dá ordem e quem executa, quem acata, quem decide.

São formas de organização política que não se apartam dos ritmos da vida cotidiana, levando para a prática política e social os modos e as formas de fazer e estar juntos na vida cotidiana. Como relata Raúl Zibechi (2014, p. 18), essa é uma mudança estrutural positiva, pois “a maior parte dos pobres da América Latina vive sua vida cotidiana à margem do estado, e para lutar vão descobrindo que não é necessário que se organizem ao modo do Estado”.

#### NARRAR POR PROCESSOS: ESPACIALIDADE, TEMPORALIDADE, SUBJETIVIDADES

Reconhecer o que há de verdadeiro, o que há de único no passado ou numa obra é, primeiro, reconhecer o que nos afasta dela.

(GAGNEBIN, 1980, p. 220)

O acontecimento é antes de tudo um começo, uma descontinuidade que interroga criando seu próprio rastro no tempo.

(ARENDR, 1953, p. 219)

Método, para a pesquisa das insurreições urbanas, é interromper, descontinuar, somar os tempos de sobrevivência, a duração de um edifício, de um lugar, escavar os vestígios de um uso. É ação de reconhecimento e partilhamento do que aconteceu – o que passou não é mudo! Cada passado, se partilhado, está carregado do presente de cada instante.

Todo método de investigação em arquitetura, essa “disciplina desmembrada e multiforme”, como disse Tafuri (1979), conduz a uma questão sobre o tempo, pois edifícios e cidades habitados, abandona-

dos, arruinados, redescobertos, todos implicam confrontar o presente com seus relatos históricos, abrir o agora ao anacronismo dos objetos despercebidos pela história, que sobrevivem ocultos, transformados, enredados com o presente.

“De nada adianta projetar no passado certeza a superar”. (TAFURI, 1979, p. 219) Faz-se história da arquitetura porque se procura o significado dos desdobramentos da arquitetura atual. Do ponto de vista anacrônico, a distância histórica não é um obstáculo epistemológico. Cumpre-se, ao contrário, capturar os aspectos mais atuais do passado e contar a história a partir de uma contingência. Um objeto histórico, jamais neutro, leva consigo um tipo de assinatura que o constitui como imagem, determina e condiciona sua legibilidade. Não se trata de uma restauração. Trata-se de uma criação com materiais pretéritos e de pensar – por princípio – a prática histórica como tarefa política.

Uma vez que o historiador está necessariamente implicado no que narra, há que se levar em conta, na narrativa da obra, o papel que ali desempenha o presente em que vive esse mesmo historiador. Pois também o presente da obra, o momento em que ela foi concebida, o momento do acontecimento, informa o modo como ela chega até hoje, ao momento em que se continua a narrá-la. Trata-se, ao narrar o acontecimento – no meu caso, a insurreição –, de considerar sua fortuna crítica (*Vorgeschichte, Nachgeschichte*). A temporalidade de um objeto é também, ao fim e ao cabo, a transmissão, o intercâmbio, o que dele foi dito, trazido à atualidade.

Este é o tempo do agora (*Jetztzeit*) benjaminiano, o tempo da transmissão em que se dá o agora da recognoscibilidade. O momento em que algo pode ser, afinal, conhecido. Cada agora é o espaço de cognoscibilidade do passado, pois é a condição de liberação das energias críticas da obra.

Para pensar no presente da cidade, sua duração, deve-se pensar os usos em movimento de um lugar, porque apenas o raciocínio sobre a ação desempenhada nos espaços promove o que Benjamin designa por liberar as energias críticas das obras no presente, isto é, no tempo em que a obra é experimentada. Para o historiador materialista,

trata-se de vislumbrar, num objeto - a obra, o lugar, a ação - suas histórias: a anterior, quando foi produzida; a posterior, quando é recebida. Colocar o objeto no tempo em que ele se abre ao olhar - o tempo do agora.

Transmitir significa interromper a naturalização. Tal ordenação implica dizer que o historiador está obrigado a estabelecer com o passado uma experiência política. Toda investigação histórica tem um fundamento político, e há uma indelével marca nos lugares e nas ações quando o designamos por lutas urbanas - se é o mármore, dos vencedores, ou o movimento dos vencidos.

Com relação à experiência de temporalidade dos movimentos antisistêmicos, é crucial assinalar a sua singularidade, pois diz respeito a aprender o resgate dos vestígios muitas vezes ocultos de sua própria história, cruzando um passado não raro abandonado, oculto, e um movimento, uma disposição, para reativar essa herança na atualidade.

Los movimientos antisistémicos cuentan con tres fuentes de aprendizaje: la historia de las resistencias, la reflexión sobre las luchas que protagonizan en cada período histórico y las experiencias de otros movimientos en otras partes del mundo. En síntesis: el pasado, el presente y las experiencias de los otros abajos. Así ha sido siempre en la historia de los movimientos. (ZIBECHI, 2014, p. 165)

Também é preciso descrever as contestações urbanas segundo sua espacialidade específica, pois uma decisiva transformação nas lutas sociais se deu quando a constituição do território dessas lutas passou a ser uma variável incontornável, tanto em termos práticos quanto analíticos. Se, como afirmado anteriormente, toda luta urbana é um uso do espaço disruptivo da lógica do capital, em cada acontecimento dessa natureza, a dimensão das relações sociais desempenhada a partir de um território em uso passou a implicar uma exigência para a análise da repercussão das lutas. Na atualidade, conflito social exige ser compreendido enquanto disputa encarnada no território, isto é, quando o espaço é apropriado e instituído pelos sujeitos e grupos sociais que, por meio dele, reivindicam suas demandas e

desempenham sua contestação.

Há que se pensar o uso dos lugares como uma invenção que é resultado de novas capacidades para a microcoordenação das ações sociais; como capacidade de enfrentar a geometria do poder (dos poderes) na cidade. Indivíduos nos protestos são um híbrido e uma justaposição, e por causa disso é que se dão conta do potencial indeterminado que lhes é próprio. Sua potência decorre simplesmente do seu encontro.

A análise das insurreições refere-se, ao fim e ao cabo, à análise do uso do espaço enquanto práticas espaciais dissidentes. São usos resultantes tanto da racionalidade individual quanto da identidade coletiva e permitem demonstrar a relação entre os modos de surgimento de alianças e solidariedades e os modos de organização dos grupos urbanos. Trata-se, com Lepetit (1, 48), de, por trás das revoltas, reconhecer os contornos de um saber social e o processo de sua materialidade, materialização; os lugares que revelam modos de estar juntos.

Tanto podem ser lutas transversais – que não se limitam a um país, que não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de um governo; lutas contra a ação direta de instâncias de poder que são próximas, ação do poder sobre os indivíduos; lutas anárquicas, que não esperam a solução de problemas no futuro, mas miram em um inimigo imediato; lutas que questionam o estatuto do indivíduo: afirmam o direito de ser diferente, enfatizam tudo aquilo que os torna verdadeiramente individuais; lutas que atacam tudo aquilo que os separa dos outros, tudo que fragmenta a vida comunitária, tudo que o liga coercitivamente a uma identidade isolada.

A revolução que pode ser será revolução no cotidiano – afirmava Henri Lefebvre. Ainda que não se trate de uma resposta sistematizada para os objetivos de projeção/planejamento urbano, a tese lefebvriana que se firma na possibilidade de autonomia, imaginação e fecundidade do cotidiano configura um método para estudar a condição urbana contemporânea. Recentemente, Susan Buck-Morss reivindicava, sobre as revoltas urbanas do século XXI, que a subjetividade revolucionária só poderá surgir como a consequência da organização conjuntural: “organizing is the lifeblood of democracy”. (BUCK-MORSS, 2019, p. 69)

## NOTAS FINAIS SOBRE O URBANO

A quitandeira tinha feito da insurgência seu meio de vida e seu sustento: nunca a vi vender um único legume ou verdura minimamente comestível. Em compensação, era a fornecedora oficial de todas as revoltas. Seus tomates fétidos eram famosos no Paseo de la Reforma, no Zócalo, em Bucareli, e ela havia abastecido até os camponeses de San Mateo Atenco quando se revoltaram contra a desapropriação de suas terras para a construção do aeroporto.

[...] Numa das paredes da quitanda havia uma folhinha indicando as datas comemorativas e os produtos da temporada. Março era tempo de nacionalização do petróleo, nascimento de Benito Juárez, abobrinha e chuchu. Maio era alta temporada: Dia do Trabalho, de Santa Cruz, Batalha de Puebla, Dia do Professor, Dia do Estudante, chuchu, alface e tomate. Em setembro: chili poblano, prestação de contas presidencial, Meninos Heróis e Independência. Em outubro e novembro havia poucas datas, mas se vendia mais tomate do que nunca: Massacre de Tlatelolco, Dia da Raça e Revolução Mexicana.

A quitandeira estendia seu braço roliço e me passava um rolo de papel higiênico para que eu limpasse os restos de tomate do rosto, do cabelo, do pescoço e dos braços, e me emprestava uma camiseta amarela da campanha de 2006, para eu me trocar. Eu lhe devolvia a camiseta mais tarde, apenas para voltar a pegá-la emprestada na tomatada seguinte. Eram tantas que, com o passar dos dias, na rua começaram a achar que eu era do PRD. Depois, aos gritos, ela mandava comprar um litrão de Superior no mercadinho da esquina, um garoto trazia a cerveja, a quitandeira servia dois copos e começava:

- Onde você deixou os intelectuais?
- Ficaram lá. Os tomates acabaram, e eles voltaram pros seus livrinhos.
- Com a falta que eles fazem na rua... como bucha de canhão!

As caminhonetes interrompiam nossas conversas, chegavam para descarregar legumes passados: dos restaurantes e hotéis de Polanco, do hipermercado Superama da rua Horácio, do Hipódromo de las Américas, até de uma quitanda chique de

Las Lomas. Para não jogar fora os legumes, e principalmente para evitar que os indigentes se acumulassem nas redondezas para catá-los, os donos desses locais tinham concordado em doá-los para a quitandeira, que os venderia a preços sociais para os mais necessitados. Era o que ela tinha dito para convencê-los e, de certo modo, não tinha mentido. Na sua quitanda, o preço do quilo de tomate era um por cento do preço de mercado. Com o preço de um quilo, os revoltosos levavam cem. Era uma verdadeira ação social, mas não a que os doadores imaginavam: os legumes que seu paladar exigente recusava acabavam esborrachados na cabeça deles mesmos. (VILLALOBOS, 2014, p. 24)

Essas lutas não são nem a favor nem contra o indivíduo: são levantes contra o governo da individualização. Recusam a investigação administrativa ou científica que venha determinar quem somos nós. O alvo da insurreição não é outro senão o de promover novas formas de subjetividades por meio de que se possa recusar esse tipo de individualidade que nos é imposto há séculos. Pense-se, aqui, na perspectiva que explica o comum por práticas de solidariedade e cooperação e que analisa o comunismo nesse viés. Foi Jean-Luc Nancy (2016) quem afirmou a necessidade de pensar os comunismos como aquelas experiências em cujo centro estava a práxis de produzir a vida em comum. É necessário discutir a dissolução da ideia tradicional de comunidade (aquela formulada pela sociologia urbana entre o final do século XIX e início do século XX, em autores como Tönnies ou Weber) em um conceito de comunidade dado a partir da ideia de singularidades (formação de subjetividades, corporeidades, efetuação de determinada materialidade) e de práticas cotidianas de negociação dos/nos espaços urbanos, como defende Henri Lefebvre (2019).

Precisamos nos deter na compreensão de que comunidade é essencialmente partilha “de um si mesmo com um outro”. (PENNA, 2014, p. 24) Comunidade quer dizer inventar novas capacidades de microcoordenação de ações coletivas e sociais. Na acepção mais urgente, uma comunidade deve ser fundada num ser-com em que os sujeitos políticos são a soma das subjetividades da resistência, que têm a faculdade genérica de falar, a potência indeterminada do dizer. Nas palavras de Roberto Esposito, “os sujeitos de uma comunidade não

encontram nela um princípio de identificação, mas o vazio, a distância, a estranheza que os constitui como faltando a si mesmos”. (PENNA, 2014, p. 21) Nesse raciocínio, quem protesta e se insurge articula seus atos de fala como potência pura e simples. Nas insurgências, põe-se o princípio da comunidade: estabelece-se uma adesão às mesmas práticas, forma-se um vínculo que revela a cada um sua existência para fora de si. Por isso, é possível afirmar – e talvez esteja aqui uma das forças principais desse protagonismo das manifestações da multidão – que os levantes urbanos atuais não são manifestações por representação política, mas para colocar em movimento uma nova gramática para a vida política em comum, que é expressão do direito de resistência: o direito de defender qualquer coisa que seja digna de perdurar.

## NOTAS

- 1 É preciso anotar que esse aspecto singular vem à tona numa segunda rodada da pesquisa sobre as greves brasileiras, no contexto da investigação de insurreições urbanas no Brasil. Sobre o percurso inteiro desse acontecimento grevista em Salvador, em 1857, já pudemos analisar no capítulo de autoria dos pesquisadores do grupo Cosmópolis “Fazer por constelações”, em Jacques e Pereira (2019). Ali e aqui, nossas fontes principais são os textos de João José Reis (1992, 2003). Sobre a Greve de Contagem em 1968, minhas fontes principais são o filme de Carlos Pronzato (2018) e os trabalhos de Magda Neves (1994), além de Francisco Weffort (1972).
- 2 Contagem foi o município escolhido para abrigar importante parque industrial em Minas Gerais, cuja implementação se deu ao longo dos anos de 1940 e atingiu seu auge nos anos de 1960. Assim como em todo o país, por causa do golpe militar de 1964, os trabalhadores da Cidade Industrial em Contagem tiveram suas organizações desarticuladas, tanto na base quanto nos sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem teve suas lideranças afastadas e impossibilitadas de se elegerem. Houve drástica modificação na política salarial, com o governo transferindo para si o poder de fixar o índice de reajuste anual dos salários, tirando dos sindicatos as condições legais para pressionar os patrões. As greves foram proibidas, obrigando os trabalhadores a se organizarem orgânica e clandestinamente dentro das fábricas. Em abril de 1968, iniciou-se uma greve parcial numa seção da Companhia Belgo-Mineira, contando com a adesão de 1.200 operários, movimento que se ampliou pela cidade e chegou a envolver 15 mil grevistas. (WEFFORT, 1972, p. 37) A greve mobilizou grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras da Cidade Industrial de Contagem, inclusive aqueles não sindicalizados, pois todos compreenderam que havia nesse movimento um espaço para protestar contra o processo de empobrecimento a que estavam submetidos.
- 3 Conferir o importantíssimo conjunto de depoimentos no documentário de Carlos Pronzato, A Greve de Contagem.

## REFERÊNCIAS

- 1968: a greve de Contagem. Direção: Carlos Pronzato. [S. l.: s. n.], 31 mar. 2020. Documentário. Publicado pelo canal ASPUV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MS9bOic6W2M>. 29 set. 2020.
- ARENDDT, Hannah. Compréhension et Politique. *Partisan Review*, [s. l.], v. 2, p. 70-89, juil./août. 1953.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do crítico. (fragmento 140, 1931). In: BENJAMIN, Walter. *Linguagem, tradução, literatura: (filosofia, teoria e crítica)*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Trabalho das passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- BUCK-MORSS, Susan. *Revolution today*. New York: Haymarket Books, 2019.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. A propósito do conceito de crítica em Walter Benjamin. *Discurso*, São Paulo, n. 13, p. 219-230, 1980. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1980.37898>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37898>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica *materialista*. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n. 2, p. 137-154, 2011. Edição especial. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732011000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732011000400009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 set. 2020.
- GREVE de contagem fura o arrocho salarial. *O Memorial Linha do Tempo*. [S. l.], [201-]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GREVE dos Metalúrgicos – 1968 – Cidade Industrial. *Contagem no Tempo*, [s. l.], 1 maio 2016. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Historia-contada.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravismo e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. *RUA: revista de arquitetura e urbanismo*, Salvador, v. 3, n. 4/5, p. 7-17, 1990.

GOONEWARDENA, Kanishka. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, Oxford, v. 37, n. 1, p. 46-71, Feb. 2005. DOI: 10.1111/j.0066-4812.2005.00473.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0066-4812.2005.00473.x>. Acesso em: 29 set. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 2 - modos de fazer*. Salvador: Edufba, 2019.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

RUY, Carolina Maria. Greves de 1968 em Contagem e Osasco: o ressurgimento do sindicalismo. In: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Blog Cultura e Memória Sindical*. São Paulo, 19 Oct. 2010. Disponível em: <http://fsmemoriasindical.blogspot.com.br/2010/10/greves-de-1968-em-contagem-e-osasco-o.html>. Acesso em: 29 set. 2020.

LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana*. São Paulo: EdUSP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, partido e sindicatos. *Ação Coletiva*, São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://rosalux.org.br/greve-de-massas-partido-e-sindicatos/>. Acesso em: 29 set. 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Greve de contagem fura o arrocho salarial*. [S. l.], [200-]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-de-contagem-fura-o-arrocho-salarial>. Acesso 20 set. 2020.

NA MERTEN, Luis Carlos. Greve: cinco filmes marcantes que abordam o tema. *Estadão*, São Paulo, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,greve-cinco-filmes-marcantes-que-abordam-o-tema,70002872332>. Acesso em: 15 out. 2020.

NCY, Jean-Luc. *A comunidade inoperada*. Tradução Soraya Guimarães Hoepfner. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PENNA, Joao Camillo. *Comunidades sem fim*. Rio de Janeiro: Circuito, 2014.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIDENTI, Marcelo S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.

TAFURI, Manfredo. *Teorias e história da arquitetura*. Porto: Editorial Presença, 1979.

VIDLER, Anthony. Redefinindo a esfera pública: sobre o concurso para a reconstrução do local do World Trade Center. *Arquitextos*, São Paulo, ano 5, n. 054.00, nov. 2004. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/523>. Acesso em: 29 set. 2020.

VILLALOBOS, Juan-Pablo. *Te vendo um cachorro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: CEBRAP, 1972. (Cadernos do CEBRAP, n. 5).

ZIBECHI, Raul. *Descolonizar la rebeldía: (des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias*. Málaga: Zambra / Baladre, 2014.

ZIBECHI, Raúl. “New Ways of Doing”: the construction of Another World in Latin America: An Interview with Raúl Zibechi. *The South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 111, n. 1, p. 165-191, Winter 2012.

ZIBECHI, Raul. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas Latino-Americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.